

Fundeb traz reflexões para a revisão do Ideb



» **ERNESTO MARTINS FARIA**
Diretor-fundador do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (lede)

» **BRUNA ALVES SOARES**
Gerente de pesquisas do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (lede)

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou, no último dia 7, os resultados das redes de ensino nos indicadores de equidade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Esses indicadores compõem o Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), mecanismo do fundo que direciona recursos às redes de ensino mediante a melhorias na equidade educacional e ao cumprimento de condicionalidades — uma forma do Ministério da Educação (MEC) estimular políticas educacionais que considera essenciais.

A divulgação, ainda que não resolva a sobreposição de olhar para equidade tanto em uma condicionalidade como nos indicadores finais, traz avanços importantes na discussão sobre equidade educacional no Brasil e em relação à primeira aferição do VAAR. Primeiramente, destaca-se a transparência na apresentação dos resultados e o olhar atento para as especificidades existentes em nossas redes de ensino. Os números divulgados foram calculados de acordo com os procedimentos detalhados em nota técnica do Inep assinada por Teresa Alves, Clarissa Guimarães e Adriano Senkevics. Mas, afinal, quais foram esses avanços?

Um ponto crucial foi a atenção do Inep às particularidades demográficas do país,

marcado por redes de ensino com poucos estudantes. Como criar índices para redes que possuem apenas 40, 30 ou até menos de 20 alunos? E como identificar os mais vulneráveis dentro dessas redes? Em uma rede com 20 alunos, por exemplo, os 25% de menor nível socioeconômico equivaleriam a apenas cinco estudantes. Faz sentido direcionar recursos com base em resultados quantitativos de grupos tão pequenos?

A equipe do Inep abordou essa questão de três maneiras. Primeiro, sendo flexível na definição de quem seriam os estudantes vulneráveis: "O grupo de baixo nível socioeconômico, por sua vez, é formado pelo quantil inferior da distribuição do escore individual de nível socioeconômico dentro de cada ente subnacional. Isto é, poderá ser o 1º quarto, o 1º terço ou a mediana inferior da distribuição, a depender do tamanho da população discente. Por exemplo, em redes municipais com 20 estudantes, será adotada a mediana, pois o grupo de baixo nível socioeconômico tem que ter, no mínimo, 10 estudantes para o cálculo das proporções."

O segundo procedimento foi deixar claro que, quando essa quantidade de alunos, ainda assim, não for atingida, o indicador não será considerado. Por fim, foram criadas margens de erro para as estimativas, de forma a evitar que redes de ensino sejam penalizadas por pequenas variações. Por exemplo: em redes menores, a entrada ou a saída de um único aluno pode gerar alterações significativas nos indicadores, já nas redes maiores, essa diferença seria quase imperceptível.

O VAAR também traz reflexões importantes sobre o conceito de equidade. Na condicionalidade III, há um trecho que diz: "Nesta proposta metodológica, considera-se que a redução das desigualdades educacionais de aprendizagem será alcançada mediante um processo de recuperação e reforço das aprendizagens dos estudantes em vulnerabilidade, de forma que consigam melhorar os seus

resultados educacionais e alcançar, no mínimo, um desempenho qualificado como adequado para o seu estágio de escolarização". Ao contrário de outras propostas de índices, essa condicionalidade não utiliza comparações entre grupos ou medidas de dispersão dos resultados. Embora possam existir críticas à proposição, é razoável considerar que ela pontua o essencial: assegurar que os estudantes em condição de vulnerabilidade avancem de forma a alcançar aprendizagens significativas para suas vidas.

Por outro lado, surge uma nova questão: o quanto é preciso avançar para que exista, de fato, um progresso na redução das desigualdades? Sabemos que a resposta para essa pergunta não é simples, mas é fundamental que ela seja debatida, especialmente considerando os diferentes estímulos gerados para as redes. Afinal, garantir o direito à educação para todos exige a construção de metas que vão além de manter ou apresentar qualquer percentual de crescimento.

Tanto essas reflexões quanto os avanços do VAAR podem e devem servir de inspiração para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), cuja necessidade de revisão já discutimos neste espaço. Considerar crianças e jovens que estão fora da escola, evidenciar desigualdades e contribuir mais para a promoção da equidade são avanços essenciais para o indicador mais utilizado no país. Para além das questões conceituais, o VAAR ainda mostra a importância da atenção aos detalhes de implementação. Há muita responsabilidade envolvida quando indicadores influenciam o recebimento de recursos ou são utilizados em políticas de monitoramento e responsabilização. Assim como o VAAR avançou conceitualmente e tecnicamente, nossa esperança é que o Ideb também se desenvolva à luz das necessidades atuais e dos aprendizados desses 17 anos de uso do índice.

A biodiversidade é fator de proteção aos incêndios florestais



» **ADRIEN PAGES**
Formado em gestão de negócios pela EDHEC Business School, com duplo diploma em inovação e estratégia na Maastricht University School of Business and Economics. Cofundador e CEO da Morfo, greentech de restauração florestal

Em 2024, a Amazônia passou por sua pior temporada de incêndios desde 2005, e quase metade do total anual das queimadas aconteceu em um único mês, o de agosto. E não foi só a maior floresta brasileira, o país inteiro enfrentou uma temporada devastadora de queimadas. Dados da MapBiomas, ONG brasileira que, desde 1985, monitora mensalmente as cicatrizes de fogo, revelam que as chamas devastaram mais de 11 milhões de hectares de terra entre janeiro e agosto de 2024 — pouco mais que o equivalente à área da Guatemala. O número marca 2024 como o segundo pior ano desde o início dos registros, apenas 1987 apresentou mais destruição pelo fogo até esse ponto do ano. Em São Paulo, os moradores da capital mais rica do país enfrentaram graves consequências, com cinco dias consecutivos em setembro trazendo a pior qualidade do ar entre as principais cidades do mundo. Céus escurecidos pela fumaça e problemas respiratórios generalizados são um lembrete sombrio da crescente crise ambiental.

Isso levanta uma pergunta difícil: por que devemos restaurar as florestas se elas vão ser consumidas pelas chamas? Alguns argumentam que não há sentido em restaurar florestas porque elas podem queimar. Embora isso pareça lógico à primeira vista, a alegação rapidamente se desfaz quando fazemos paralelos com outras áreas. Devemos parar de tratar pacientes porque alguns procedimentos médicos falham? Devemos parar de investir em educação porque alguns estudantes abandonam os estudos? Claro que não.

O mesmo se aplica à restauração florestal. Usar o risco de incêndios como desculpa para interromper os esforços de recuperar matas devastadas não é apenas simplista, mas também perigoso. Na verdade, restaurar florestas é uma das maneiras mais eficazes de prevenir incêndios futuros.

Florestas nativas restauradas com biodiversidade como base criam defesas naturais contra queimadas. Esse "efeito mosaico" envolve o plantio de uma variedade de espécies, criando uma mistura de ecossistemas que interrompe o caminho do fogo. Florestas biodiversas são menos propensas a permitir que as chamas se espalhem uniformemente, tornando-as mais resilientes a incêndios florestais.

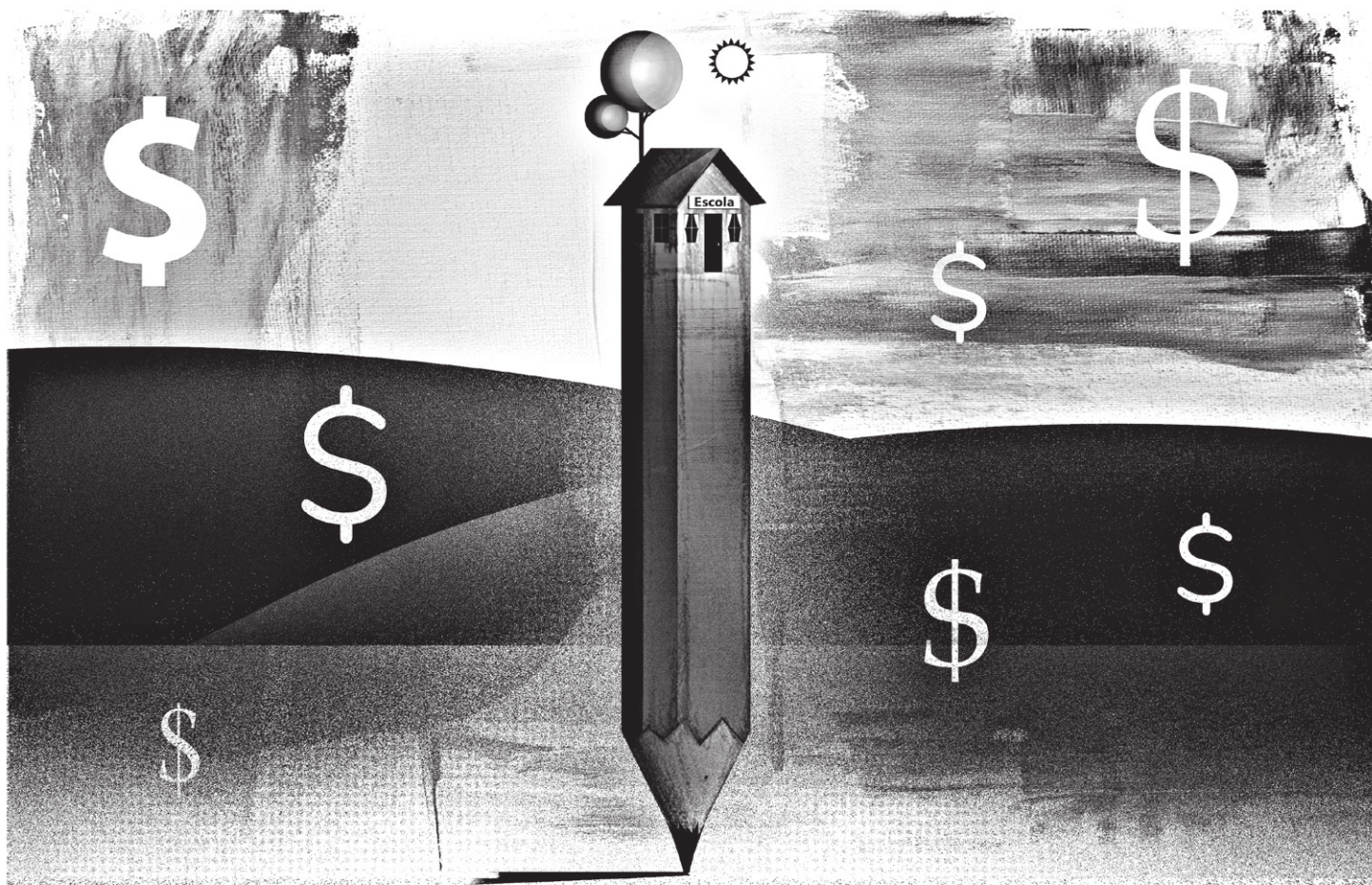
Mas os benefícios da biodiversidade vão além da prevenção ao fogo. Esses ecossistemas absorvem até 70% mais carbono, ajudando a mitigar os impactos das mudanças climáticas, fatores que intensificam as temporadas de queimadas de maneira cada vez mais severa. Além disso, florestas biodiversas melhoram a saúde do solo, retêm umidade e reduzem o risco de secas, que frequentemente alimentam as chamas. Em um de nossos projetos na Mata Atlântica, testamos dois métodos: o plantio tradicional, com manutenção e limpeza do solo, e um segundo método, onde cápsulas de sementes foram lançadas por drones sem corte ou tratamento posterior do solo. Queríamos observar a evolução desses ecossistemas a longo prazo. Dois períodos de estiagem logo após o plantio trouxeram resultados surpreendentes: as espécies plantadas usando o novo método se mostraram muito mais resistentes à seca do que aquelas plantadas de forma tradicional. Essa validação em campo confirma o que muitos cientistas, especialmente no Brasil, vêm afirmando há anos.

A estiagem não é o único fator que contribui para os incêndios florestais. Organizações ambientais como o WWF e o Greenpeace concordam que, embora as condições de seca aumentem a extensão atingida pelo fogo, muitos focos são causados por atividades humanas, especialmente queimadas agrícolas ilegais. Em resposta, o governo federal brasileiro lançou investigações sobre potenciais crimes ambientais relacionados aos incêndios.

O governo também destinou R\$514 milhões em fundos emergenciais para combater as chamas. No entanto, esses esforços são amplamente reativos, como combater incêndios — abordando crises conforme surgem. O que precisamos é de uma estratégia proativa e de longo prazo que previna as causas profundas desses incêndios. E, sim, estou falando de restauração e conservação florestal.

A pergunta-chave, nesse caso, é: quais alternativas podemos oferecer a aqueles que provocam incêndios para limpar terras para exploração? Há dois anos, conheci uma dessas pessoas. Ele passava seus dias explorando e degradando a floresta, mas estava tentando mudar. Atualmente, ele lidera uma rede local de coleta de sementes e provê insumos para o serviço de restauração, incluindo nós em sua lista de clientes. Sua mudança de destruidor a construtor da natureza foi transformadora — para ele e para as pessoas ao seu redor.

De acordo com um estudo de 2023 do Instituto Escolas, o Brasil precisa investir R\$ 228 bilhões para restaurar 12 milhões de hectares de florestas. Os potenciais benefícios são impressionantes: R\$ 776 bilhões em receita líquida, 2,5 milhões de novos empregos, 156 milhões de toneladas de alimentos e a remoção de 4,3 bilhões de toneladas de CO2 da atmosfera. Com mais de 35 milhões de hectares de terras severamente degradadas, o Brasil está em uma posição única para liderar os esforços globais de restauração. O estado das florestas brasileiras é uma questão de escolhas individuais, que nos levam a repensar nossos hábitos de consumo. Também é uma questão de escolhas de investimento. No mercado de carbono, por exemplo, um preço mais alto poderia permitir uma compensação mais justa para os trabalhadores que implementam esses projetos no terreno. Por fim, é uma questão de decisões governamentais — tanto locais quanto globais.



Que tal nomear os novos campi da UnB?



» **GILBERTO LACERDA SANTOS**
Professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), Ph.D. em educação, doutor em sociologia

Recentemente, o Museu Virtual de Ciência e Tecnologia da Universidade de Brasília (UnB), com apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), disponibilizou uma exposição sobre o arquiteto Lelé Filgueiras, um personagem incontornável da história da universidade e da cidade, coautor, juntamente com Oscar Niemeyer, do projeto estruturalista do ICC, o minhocão, e autor de diversas obras no Campus Darcy Ribeiro (como a chamada Colina Velha e o Almoxarifado Central) e fora dele (como o Hospital Regional de Taguatinga e os hospitais da Rede Sarah). Esse trabalho de educação patrimonial, que pode ser acessado em <https://lele.museuvirtual.unb.br>, surgiu a partir de uma enquête realizada durante a 19ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, em 2022, que revelou que Lelé tinha caído no esquecimento das novas gerações.

Motivado pela repercussão do trabalho, que virou exposição física no Museu da República e que será exibida na Maison du Brésil, em Paris, em 2025, a equipe do Laboratório Abaco, vinculado ao Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação, que gerencia o

museu virtual, efetuou outras enquetes, junto a estudantes da UnB, em torno de outros nomes da história da universidade. E o resultado é o mesmo: desconhecimento total.

Mesmo Darcy Ribeiro, intelectual venal do país, fundador e primeiro reitor da UnB, é, geralmente, ignorado por grande parte de nossos estudantes. Em março de 1995, Darcy Ribeiro recebeu o título de doutor honoris causa da UnB, no Teatro de Arena. Nessa mesma ocasião, o campus foi oficialmente rebatizado com o nome do antropólogo, que morreu dois anos mais tarde.

Mas, há outros nomes fundamentais da história da UnB que caíram no esquecimento e que mereceriam homenagem semelhante. E se o Campus de Planaltina, onde há uma graduação em educação no campo, fosse nomeado Campus Lady Lina Traldi, em homenagem a essa educadora paulista que, em 1966, fundou a Faculdade de Educação da qual foi a primeira diretora? Não seria um tributo justo a essa pioneira que atuou na formação de toda uma geração de intelectuais que resistiram ao regime militar, como a professora Regina Vinhaes Gracindo, falecida em novembro de 2015, que foi secretária de Educação do DF e conselheira do Conselho Nacional de Educação?

Não seria Anísio Teixeira, figura fundamental da história da educação pública nacional e idealizador da UnB, um excelente nome para o campus do Gama? Assim, o campus Anísio Teixeira homenagearia esse grande brasileiro que foi reitor da UnB de junho de 1963 a abril de 1964, quando foi afastado pela ditadura militar, aposentado compulsoriamente

e que morreu em 1971 em circunstâncias consideradas até hoje não elucidadas.

E o campus da Ceilândia? Tornando Campus Frei Mateus Rocha, homenagearíamos aquele que, em 1959, no bojo de manifestações de grandes cientistas brasileiros, que se juntavam na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, intercedeu pessoalmente junto ao Papa João XXIII para que a nova universidade não fosse pontifícia, mas laica, pública e gratuita. Frei Mateus, que inspirou o personagem Fradim, do genial Henfil, e que figura em um belo retrato a óleo na Sala do Conselho da Faculdade de Educação, foi reitor entre 1962 e 1963, vice-reitor na gestão de Anísio Teixeira e fundador do Instituto de Teologia da UnB, celeiro intelectual fechado pelo regime militar em 1968, quando a universidade foi invadida e cerceada.

Por fim, e no caso da UnB vier a implantar um quarto campus, penso que seria justo homenagear aquela que foi uma das pioneiras das ações de extensão da instituição. Trata-se da belga Yvonne Jean, jornalista judia que chegou ao Brasil aos 29 anos, em 1940, fugindo da invasão nazista a seu país. Em 1962, emigrou para o Distrito Federal, criou a coluna Esquina de Brasília, do **Correio Braziliense**, com crônicas sobre o cotidiano da cidade e, convidada por Darcy Ribeiro, foi fundadora do Centro de Extensão Cultural da UnB. Em 1971, ela foi condenada a um ano de prisão, acusada de envolvimento em "práticas subversivas". A jornalista faleceu em 1981, pouco antes de completar 70 anos de idade.

Como diria meu filho: fica a dica!